



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0**82) 4009-3144 cgjal@tjal.jus.br

Processo Administrativo nº 00914-2.2015.002

Ref.: Inspeção Geral Ordinária – 6ª Vara Criminal da Capital

DESPACHO/OFÍCIO GCGJ Nº 747/2015

Trata-se de Relatório de Inspeção realizada na 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, da lavra do Exmo. Juiz Auxiliar Dr. Antônio José Bittencourt Araújo, em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 144, de 22 de abril de 2015, desta Corregedoria Geral da Justiça, que determinou a realização de Inspeções Gerais Ordinárias nas unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas.

Destarte, diante das informações que se encontram acostadas aos autos, **ACOLHO** as sugestões formuladas pelo Juiz Auxiliar, ao passo que **DETERMINO**:

Quanto à tramitação de feitos e questões correlatas (determinações para serem cumpridas pela unidade jurisdicional):

- **item 2** – no tocante às cartas precatórias recebidas há mais de 30 (trinta) dias e pendentes de cumprimento, que totalizam 57 (sessenta e sete), que seja adotado o seguinte:
 - os procedimentos cabíveis no sentido de regularizá-las;
 - realização de correição parcial nos feitos concernentes às Cartas Precatórias (recebidas e remetidas), encaminhando a esta CGJ relatório conclusivo; e,
 - a implantação de medidas gerenciais para evitar a ocorrência detectada em inspeção.
- **item 3** – com relação aos feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias, que totalizam 343 (trezentos e quarenta e três) processos, que sejam praticados os atos necessários a sua regular tramitação;
- **item 4** – que se efetive a verificação de todos os processos que se encontram fora do cartório, a fim de identificar aqueles com prazo excedido, seguida das providências cabíveis para sanar esta irregularidade, inclusive a utilização dos atos ordinatórios dispostos no Provimento nº 13/2009, assim como verificar todos os mandados pendentes de cumprimento que se encontram com os Oficiais de Justiça, certificando aqueles com prazo excedido, adotando as medidas cabíveis para dar-lhes o efetivo cumprimento;
- **item 5** – no tocante aos incidentes processuais de feitos já julgados, que se efetive as medidas



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0**82) 4009-3144 cgjal@tjal.jus.br

cabíveis à sua baixa definitiva;

- **item 6** – que seja promovida a revisão e atualização das movimentações processuais, bem como a evolução de classe para ação penal nos procedimentos que continuam cadastrados como inquéritos/flagrantes; e,
- **item 21** – que a unidade continue dando prioridade aos processos de réus presos, bem como alimentando o histórico de partes.

Informe-se ao Juízo acerca dos comandos aqui contidos, para que adote, quanto aos atos de sua competência, todas as providências necessárias ao efetivo cumprimento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, bem assim para que seja dado ciência dos 49 (quarenta e nove) processos relativos a Meta 1/2014, que deverão ser julgados até o final do ano corrente.

Utilize-se cópia do presente como ofício, a ser encaminhado ao Magistrado(a) e ao Escrivão(ã) da Unidade inspecionada.

Informe-se que as respostas atinentes ao aqui versado deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE, às servidoras Luciana Maria Viana Lira e Cléa Silva Tavares, lotadas no Departamento Central de Assuntos Judiciários, e, que os expedientes quanto à matéria, enviados a outro(s) setores e/ou servidor (es), não serão processados.

Promova-se a publicação de todas as peças que compõem o feito no respectivo sítio eletrônico, inclusive do presente despacho, na conformidade do contido nas metas de nivelamento da e. Corregedoria Nacional de Justiça.

Ato contínuo, vão os autos ao Departamento Central de Assuntos Judiciários desta CGJ, para as medidas de praxe e devido acompanhamento, devendo ser observada a questão apontada na fl. 07, no tocante à Meta 1/2014 (item 15)

Cumpra-se.

Maceió, 18 de setembro de 2015.


Desembargador KLEVER RÊGO LOUREIRO
Corregedor-Geral da Justiça